



PROGRAMA E CONDIÇÕES DE PROCEDIMENTO DE HASTA PÚBLICA



PROGRAMA E CONDIÇÕES DE PROCEDIMENTO DE HASTA PÚBLICA

PROCEDIMENTO DE HASTA PÚBLICA PARA ATRIBUIÇÃO DE EXPLORAÇÃO ECONÓMICA DO BAR DE PRAIA, SITO NA PRAIA PAU DA MANOBRA, EM SILVALDE

CONSIDERANDOS

Na Praia Pau da Manobra, gerida pela Freguesia de Silvalde, sita na Avenida da Praia, freguesia de Silvalde, concelho de Espinho, existe um espaço destinado à exploração de cafetaria móvel, destinando-se à comunidade e ao público em geral. O espaço em questão tem acesso às unidades móveis de WC' s, sendo as respetivas instalações sanitárias (WC' s masculino, feminino e para deficientes), partilhados com a utilização dos veraneantes que acedem à Praia Pau da Manobra, ali localizada.

A Junta de Freguesia de Silvalde considera que é do interesse público da respetiva comunidade local e dos utentes da Praia Pau da Manobra, que esse espaço de cafetaria móvel esteja a ser explorado comercialmente, enquanto estabelecimento de restauração e bebidas do tipo cafetaria, nos termos previstos na lei, e em funcionamento durante a época balnear 2023, inclusivamente para dar algum apoio aos Nadadores Salvadores, que fazem a vigilância do areal.

PROGRAMA

ARTIGO 1º

Em conformidade com o presente Programa e Condições realizar-se-á no dia 09/05/2023, pelas 18H horas, no Salão Nobre da Freguesia, perante a Comissão para esse fim nomeada, a Hasta Pública para atribuição, de exploração económica do espaço destinado a cafetaria, sito no edifício/sede na Freguesia de Silvalde e Concelho de Espinho, com as seguintes características:

- 1 – Área: amovível – 8 m²
- 2 – Base de Licitação: 250,00 € (Duzentos e cinquenta euros)
- 3 – Preço Mensal: 500,00 € (Quinhentos euros) (acrescido de IVA à taxa legal em vigor)
- 4 – Duração: Pelo período da época balnear (15/06/2023 a 15/09/2023), com início a partir da data da celebração do contrato que a titula, não existindo possibilidade de renovação.

ARTIGO 2º

Após o início da praça e depois de lidas as condições proceder-se-á à licitação verbal entre os interessados presentes.

ARTIGO 3º

1 – Só podem concorrer à arrematação, pessoas singulares (em nome próprio ou devidamente representadas) ou pessoas coletivas através dos seus legais representantes, que tenham a sua situação fiscal e contributiva regularizada – devendo apresentar no ato os respetivos comprovativos (consultar anexos).



PROGRAMA E CONDIÇÕES DE PROCEDIMENTO DE HASTA PÚBLICA

2 – Se o concorrente for pessoa coletiva terá de apresentar documento comprovativo da concessão de poderes para a arrematação e a Certidão Permanente do Registo Comercial (ou código de acesso para consulta) ou outro documento bastante que prove a constituição da sociedade (consultar anexos).

ARTIGO 4º

Por questões de imparcialidade, transparência e igualdade de oportunidades, a participação no presente procedimento encontra-se vedada a participação no presente procedimento das seguintes entidades:

- Trabalhadores em funções públicas da Freguesia de Silvalde (ou colaboradores da autarquia com outros vínculos), seus cônjuges, ascendentes e descendentes, bem como quaisquer pessoas coletivas dos quais os mesmos façam parte dos respetivos órgãos sociais;
- Pessoas singulares ou coletivas a que se encontre atribuída a exploração económica de espaços da Freguesia destinados a estabelecimentos de restauração e bebidas, e ainda seus ascendentes e descendentes, bem como quaisquer pessoas coletivas dos quais os mesmos façam parte dos respetivos órgãos sociais;
- Fornecedores da Freguesia de Silvalde (seja de bens, serviços ou empreitadas) que exerçam atividade económica conexa com a atividade objeto do presente procedimento.

ARTIGO 5º

A licitação começa pelo preço base referido no Ponto 2, do artigo 1º e os lances **não serão inferiores a 10%** dessa base de licitação.

ARTIGO 6º

A praça estará aberta pelo menos quinze minutos e o último lance de cada licitação anunciar-se-á pelo menos três vezes.

ARTIGO 7º

Finda a licitação, o preço máximo atingido servirá de base ao despacho de adjudicação definitiva ou de anulação da praça, a preferir pelo Presidente da Junta.

ARTIGO 8º

Critérios de seleção de candidato do procedimento:

- 1 – O adjudicatário será o que oferecer maior lance;
- 2 – O adjudicatário com *know-how* demonstrado na área da restauração de praia;
- 3 – Preferência por incentivo à criação do próprio emprego;
- 4 – Preferência por candidatura individual ou coletiva de residentes/empresários do Concelho de Espinho.

ARTIGO 9º

1 – O adjudicatário pagará no ato da adjudicação provisória **50% do valor oferecido que serviu de base à arrematação.**

2 – A primeira destas importâncias será devolvida ao adjudicatário, no caso de, por motivo que não lhe seja imputável, não se efetuar a adjudicação definitiva.



PROGRAMA E CONDIÇÕES DE PROCEDIMENTO DE HASTA PÚBLICA

ARTIGO 10º

O pagamento dos **restantes 50% do valor oferecido que serviu de base à arrematação** será efetuado **15 dias** após conhecimento do despacho de adjudicação definitiva.

ARTIGO 11º

A adjudicação definitiva depende de despacho do Presidente da Junta de Freguesia de Silvalde.

ARTIGO 12º

A ocupação e exploração económica do espaço é titulada por contrato a celebrar nesta Freguesia.

ARTIGO 13º

A adjudicação definitiva fica igualmente dependente da apresentação pelo adjudicatário provisório de documento comprovativo de que exerce qualquer das atividades incluídas na Secção I – Alojamento, Restauração e Similares do Quadro de Classificação Portuguesa de Atividades Económicas CAE – VER.3, anexo ao Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro, num prazo de três dias a contar da adjudicação provisória, sob pena da sua caducidade.

ARTIGO 14º

Na realização da hasta pública observar-se-ão subsidiariamente as disposições legais aplicáveis.

CONDIÇÕES

1. O espaço em causa destina-se à instalação de serviço de cafetaria móvel com esplanada, aberto ao público em geral.
2. O adjudicatário fica sujeito ao cumprimento das disposições legais aplicáveis à atividade que pretende exercer, bem como da Lei em geral, sendo da sua inteira responsabilidade a obtenção de todas as licenças, autorizações ou outros títulos habilitantes previstos, necessários e/ou exigíveis para tal.
 - 2.1. Mais se responsabilizando o adjudicatário pela realização dos trabalhos e obtenção dos títulos e certificações que eventualmente se afigurem como necessários para a instalação do estabelecimento e realização da atividade autorizada para o espaço e que aí pretende exercer.
3. O adjudicatário aceita o espaço, sendo de sua responsabilidade e encargo quaisquer trabalhos de adaptação que se afigurem realizar no espaço para instalação dos meios e equipamentos de exploração económica do mesmo como cafetaria.
4. Fica a cargo do adjudicatário o apetrechamento que considere indispensável no que se refere ao mobiliário, maquinaria, roupa, utensílios de cozinha e copa, e demais equipamento em geral, com vista à boa exploração do estabelecimento em causa e ao cumprimento de todos os requisitos e obrigações legais aplicáveis à atividade que exerça no espaço.
5. O adjudicatário assume toda a responsabilidade civil, criminal e contraordenacional decorrentes da sua ocupação do espaço e da respetiva exploração económica do mesmo, bem como do seu exercício dos demais direitos decorrentes desta adjudicação.



PROGRAMA E CONDIÇÕES DE PROCEDIMENTO DE HASTA PÚBLICA

6. A atribuição da ocupação deste espaço é feita, com início a partir da data de celebração do Contrato vigorará pelo período da época balnear, ou seja, de 15/06/2023 a 15/09/2023, não existindo possibilidade de renovação.

6.1. O adjudicatário só se encontra autorizado a proceder à exploração comercial do espaço objeto do presente procedimento no período de vigência da atribuição e apenas dentro do horário para o qual estiver devidamente licenciado.

6.2. Sendo-lhe, contudo, permitido ocupar o espaço no tempo que o antecede e sucede o indicado prazo, por um período de quinze dias, para efeitos de montagem e desmontagem dos materiais e equipamentos necessários à exploração comercial do mesmo.

7. O preço mensal a pagar pela ocupação do espaço é de 500,00€ (quinhentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

8. O adjudicatário fica obrigado ao pagamento dos encargos resultantes do consumo de luz, água, gás, telefone e análogos, devendo, ainda, requerer e providenciar, a suas expensas, a instalação dos respetivos contadores para o espaço em questão, junto das entidades competentes.

9. O adjudicatário efetuará o pagamento do preço da atribuição no primeiro dia útil de cada mês ou nos oito dias seguintes, na Secretaria da Junta de Freguesia de Silvalde.

10. A presente atribuição não está subordinada principal ou subsidiariamente às leis reguladoras do inquilinato.

11. Fica proibida a transmissão total ou parcial da ocupação sem prévia autorização da Junta de Freguesia de Silvalde, mediante requerimento do adjudicatário devidamente fundamentado.

11.1. A transmissão total ou parcial da atribuição e do direito de ocupação e exploração do espaço só poderá ser autorizada em casos devidamente justificados, mediante requerimento do adjudicatário devidamente fundamentado, sendo sempre obrigatória a prévia apresentação e demonstração pelo terceiro cessionário que cumpre os requisitos e condições estipulados pelo presente procedimento, bem como que os reunia e cumpria à data da atribuição inicial.

12. São causas de caducidade e de resolução da presente atribuição, o decurso do prazo, o incumprimento por parte do adjudicatário das obrigações constantes das presentes condições, das demais cláusulas do contrato que titula a presente adjudicação e das disposições legais aplicáveis, e o interesse da Junta de Freguesia de Silvalde devidamente justificado.

13. Finda a atribuição em qualquer dos casos da condição anterior, o adjudicatário não poderá alegar o direito de retenção em relação a obras e benfeitorias que tenha executado e não terá direito a qualquer indemnização ou compensação.

14. O adjudicatário fica obrigado ao pagamento de todos os impostos, taxas, licenças e outros encargos devidos à Junta de Freguesia e ao Estado.

15. Sob pena de constituir justa causa para rescisão do contrato, o concessionário obriga-se a manter o bom nível do serviço, e sempre em estrito cumprimento das regras sanitárias aplicáveis, e ainda a dar diária e contínua assistência a exploração do estabelecimento e a manter o seu bom nome comercial no mercado através da correta solvência das suas aquisições aos diversos fornecedores e do pagamento em dia ao pessoal que contratar.



PROGRAMA E CONDIÇÕES DE PROCEDIMENTO DE HASTA PÚBLICA

15.1. O adjudicatário da exploração obriga-se a recrutar todo o pessoal necessário para poder assegurar o bom funcionamento daquele estabelecimento e dar cabal cumprimento às obrigações emergentes das regras aplicáveis à presente atribuição de exploração, devendo recrutar pessoal qualificado e competente, cumprindo as regras e obrigações que da lei resultem nessa matéria.

15.2. Fica a cargo do adjudicatário o apetrechamento que considere indispensável no que se refere ao mobiliário, maquinaria, roupa, utensílios de cozinha e copa, e demais equipamento em geral, com vista à boa exploração deste espaço como estabelecimento de restauração e bebidas do tipo de cafetaria.

16. O adjudicatário fica obrigado no âmbito de exploração económica do espaço em causa, que lhe é atribuída pelo presente procedimento, a respeitar as normas legais e regulamentares aplicáveis – nomeadamente em matéria de ruído, higiene e segurança, sem prejuízo das demais.

17. A Junta de Freguesia de Silvalde não se responsabiliza por qualquer dano ou roubo de quaisquer bens, valores, materiais ou equipamentos que sejam guardados ou mantidos pelo adjudicatário, em espaço objeto do presente procedimento, no âmbito da respetiva atribuição.

18. O adjudicatário obriga-se ainda, no âmbito de exploração económica do espaço em causa, que lhe é atribuída pelo presente procedimento, a adquirir os seguros adequados e necessários a acautelar qualquer eventualidade que possa suceder no decurso daquela utilização e da atividade aí exercida, nomeadamente contra danos, de acidentes pessoais e de responsabilidade civil extracontratual.

19. Constituem ainda deveres especiais do adjudicatário:

- a) Não utilizar o espaço em questão para outro fim que não o da presente adjudicação e qualquer outro contrário à lei e aos bons costumes;
- b) Cumprir o horário de funcionamento que lhe seja fixado para a exploração do espaço;
- c) Assegurar o funcionamento permanente e contínuo da cafetaria, durante a vigência da adjudicação, dentro dos limites do respetivo horário de funcionamento que lhe seja fixado pelo licenciamento e nos termos previstos pelas presentes condições;
- d) Respeitar e garantir escrupulosamente o cumprimento de todas as normas de higiene e segurança, e demais exigências legais aplicáveis à atividade que pretende exercer;
- e) Em especial, respeitar e garantir o cumprimento da proibição de venda de bebidas alcoólicas, substâncias estupefacientes e substâncias psicotrópicas, nos termos da legislação aplicável em vigor;
- f) Prestar o serviço de cafetaria que lhe é permitido para o espaço com qualidade, aseo, higiene e em respeito dos melhores usos no ramo de hotelaria;
- g) Respeitar os direitos dos consumidores, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- h) Manter o espaço objeto da presente atribuição e esplanada correspondente, sempre em bom estado de limpeza, higiene, salubridade e conservação;
- i) Informar a Junta de Freguesia de quaisquer vicissitudes ou dados relevantes para a execução da presente atribuição que ocorram no decurso da mesma;



PROGRAMA E CONDIÇÕES DE PROCEDIMENTO DE HASTA PÚBLICA

j) Cumprir e acatar as sugestões, notificações e ordens que lhe sejam determinadas pela Junta de Freguesia de Silvalde, seus serviços ou outras autoridades públicas.

20. À Junta de Freguesia de Silvalde assiste, nomeadamente, o direito de:

- a) Acompanhar e fiscalizar o exercício da exploração e da ocupação do espaço;
- b) Endereçar ao adjudicatário sugestões e/ou ordens com vista ao bom funcionamento daquele espaço ao bom cumprimento da lei e regulamentos;
- c) Ordenar o encerramento do espaço e suspender o exercício da exploração, sempre que o adjudicatário se encontre em incumprimento das regras de higiene e segurança e requisitos fitossanitários aplicáveis à atividade exercida, sem que assista ao adjudicatário direito a qualquer tipo de compensação;
- d) Decretar a caducidade de atribuição e resolver o contrato que titula a exploração do espaço, sem que assista ao adjudicatário direito a qualquer tipo de compensação, em caso de incumprimento por parte do adjudicatário das obrigações constantes das presentes condições, das demais cláusulas do contrato que titula a presente atribuição e das disposições legais aplicáveis.
- e) Encerrar as instalações ao público em caso de orientações emanadas pelo estado central ou pelas autoridades de saúde, quer seja no âmbito da Pandemia COVID19 ou outra de interesse público, sem que daí a Junta de Freguesia de Silvalde incorra no dever se indemnizar.

21. Finda a atribuição, o adjudicatário deverá deixar o espaço livre e desocupado no prazo que lhe for fixado por aviso.

22. Se o adjudicatário não sair naquele prazo, a Junta de Freguesia de Silvalde procederá à desocupação do espaço, não se responsabilizando por qualquer dano que possa causar aos bens que lá se encontrem, nem pagando qualquer indemnização ou compensação por eventuais danos ou desvios de bens. Neste caso, o adjudicatário ficará ainda obrigado a indemnizar a Junta de Freguesia pelas despesas provocadas.

23. Comissão que presidirá a Hasta Pública – Júri:

Presidente: Elda Maria Lopes da Mota Leite Ferreira

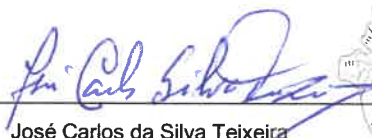
1º Vogal: Liliana Reis da Costa Gonçalves

1º Vogal Suplente: Marco Alexandre Pinto Oliveira

Freguesia de Silvalde, 06/04/2023

Aprovado por deliberação da Junta de Freguesia de Silvalde em sua reunião ordinária de 05/04/2023.

O Presidente da Junta de Freguesia de Silvalde


José Carlos da Silva Teixeira





PROGRAMA E CONDIÇÕES DE PROCEDIMENTO DE HASTA PÚBLICA

ANEXOS



**PROGRAMA E CONDIÇÕES DE PROCEDIMENTO
DE HASTA PÚBLICA**

ANEXO I
DECLARAÇÃO

_____ (indicar o nome) declara que é titular do B.I.
nº _____, é _____ (estado civil), é titular do cartão de
contribuinte nº _____, reside _____ (ou tem
domicílio profissional em _____), rua _____, data
_____/_____/_____.

Assinatura: _____

MODELO PARA PESSOAS COLECTIVAS

_____ (indicar denominação) declara que é titular do cartão de
pessoa coletiva nº _____, é titular do cartão de contribuinte nº _____, tem
em _____ e filiais em _____, está registada na Conservatória do Registo
Comercial de _____ com o nº _____ tendo sido efetuadas as seguintes alterações
ao pacto social _____, Os titulares aos seus corpos sociais, (indicar nomes).

Data _____ de _____ de _____.

Assinatura: _____



**PROGRAMA E CONDIÇÕES DE PROCEDIMENTO
DE HASTA PÚBLICA**

ANEXO II
DECLARAÇÃO DE HONRA

_____ (indicar nome ou denominação) declara, sob
compromisso de honra que:

1 - Não está em dívida ao Estado Português por impostos liquidados nos últimos três anos

2 – Não se encontra em nenhuma das seguintes situações, isto é:

- a) Não se encontra em estado de falência, de liquidação ou cessação de atividade, nem tem o respetivo processo pendente;
- b) Tem a sua situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português e por contribuições para a Segurança Social em Portugal ou ao Estado de que é nacional ou onde se encontra estabelecido.

Data ____/____/____.

Assinatura: _____

Anexar: Certidões comprovativas de não existência de dívidas à Segurança Social e Finanças.



**PROGRAMA E CONDIÇÕES DE PROCEDIMENTO
DE HASTA PÚBLICA**

ANEXO III
PROPOSTA DE LICITAÇÃO

(indicar nome, estado, profissão e morada ou no caso de pessoa coletiva denominação da sede), depois de ter tomado conhecimento do objeto da concessão a que se refere o Edital datado de 18/04/2023, e em conformidade com o programa e condições do procedimento, pelo preço de € _____, (_____), (por extenso e por algarismos), apresento à Junta de Freguesia de Silvalde a presente proposta.

Data _____ de _____ de _____.

Assinatura: _____



PROGRAMA E CONDIÇÕES DE PROCEDIMENTO DE HASTA PÚBLICA

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO

[CONSENTIMENTO DE TRATAMENTO DE DADOS]

1 – Para efeitos do disposto no Regulamento Geral de Proteção de Dados ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), fui informado que a Junta de Freguesia de Silvalde irá recolher dados pessoais dos quais sou titular para efeitos de tramitação pré-contratual, ao abrigo do Código dos Contratos Públicos.

2 – Declaro que tenho pleno conhecimento que estes dados são tratados para efeitos de seleção do adjudicatário no procedimento de Hasta Pública para “exploração económica de cafetaria”, sendo os elementos a fornecer parte integrante do contrato a celebrar.

3 - O declarante confirma que os dados serão conservados durante o período de arquivo de processos de contratação pública, tendo o direito de solicitar o acesso aos mesmos, requerer a sua retificação e/ou a sua portabilidade.

4 - O declarante tem pleno conhecimento que tem todo o direito de reclamar junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados.

... (local),... (data),... [assinatura].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.